

Rede de Ensino Doctum – Unidade
Trabalho de conclusão de curso II

OS IMPACTOS DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Elisabeth TESCH¹

Fabricia GOETSCH BARBOSA²

Gabrielly ALTOÉ LEFLER

RESUMO

O presente trabalho tem como tema os impactos da violação dos direitos humanos nas políticas públicas de juventude baseado em pesquisas feitas por artigos, através da revisão literária. O objetivo é adentrar nos aspectos os quais os jovens são afetados quando se existe a violação dos seus direitos nas políticas públicas. Apontando a relevância em saber sobre os direitos a eles propostos, para que por eles possam ser vivenciados. A escolha do tema em questão se deu pela necessidade de compreender como ocorre a organização e atenção à saúde proposta para este público. Ressaltando assim a inclusão dessa classe em ações governamentais, tais como projetos e ações, de acordo com suas especificidades.

Palavras-chave: Intervenções; violação de direitos; jovens; saúde mental, políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos diversas são as características atribuídas a população jovem, sendo a juventude o período da vida delimitado pelo fim da adolescência e o início da vida adulta. Considera-se uma etapa do ciclo vital que impulsiona o ser a conquista gradual da autonomia. (ARNETT, et al, 2011, apud CARDOSO, et al, 2018.). Citar a juventude é adentrar sobre as singulares do indivíduo, a maneira que ele se comporta e se vê no mundo o qual está inserido. Assim, destaca-se a importância de analisar como

1Elisabeth Tesch, estudante de psicologia, bethtesch@outlook.com

2Fabricia Goetsch Barbosa, estudante de psicologia, f.briciabarbosa1@gmail.com

3Gabrielly Altoé Lefler, estudante de psicologia, gabi.lefler@hotmail.com

os jovens vêm se constituindo objeto de investimento e intervenção dentro do território das políticas públicas de juventude, e de que maneira as políticas são eficazes e asseguram os direitos dessa população.

Fatores como indigência e exposição à violência podem aumentar a probabilidade de comportamentos de risco, podendo contribuir negativamente para o bem-estar físico e mental de um jovem. Conforme Sposito e Carrano (2003, p.19), é preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais” e como o modo de apreensão de tais problemas mudam.

Além, estudos mostram que os jovens têm apresentado um nível elevado de ansiedade e depressão nos últimos anos. As características são subjetivas, mas incluem qualidade de vida, bem-estar, fatores emocionais, contexto social e entre outros.

Tais informações se sustentam na medida em que a literatura postula que a satisfação com a vida nos jovens tende a ser concebida como uma variável protetiva frente ao adoecimento psicológico, em especial, indicadores de depressão (STANKOV, 2013 apud CARDOSO et al, 2018).

O objetivo deste resumo é analisar a partir da revisão de literatura os impactos vivenciados pelos jovens diante das violações nas Políticas Públicas de Juventude e apresentar a atuação dos profissionais de psicologia na saúde mental dos jovens, entendendo os desafios enfrentados por eles e quais são as possibilidades que podem ser desenvolvidas com este público em específico.

Dentre as variáveis definições atribuídas ao conceito de juventude, pode-se considerar como uma etapa específica da vida humana, a qual caracteriza-se por transformações biológicas, emocionais e psíquicas, que assumem responsabilidades na transição ao mundo adulto e está associada aos aspectos histórico-sociais de cada indivíduo (BRITO, 1996 apud FERNANDES, 2012, p. 22243). Assim, podemos dizer que a noção de juventude é variável, obtendo considerações sociais diversas, a depender do contexto o qual o jovem está inserido.

A juventude não é um “dom” que se perde com o tempo, e sim uma condição social com qualidades específicas que se manifesta de diferentes maneiras segundo as características históricas sociais de cada indivíduo. Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. (BRITO, 1996 apud LEÓN, 2005, p.13)

Considera-se de extrema importância as demandas carregadas pelas juventudes e as lutas que foram demarcadas ao decorrer dos anos desde que se iniciou o debate no nosso país sobre o que é ser jovem, os espaços democráticos e reconhecidos pelo grupo para fomentar sobre os direitos e deveres. As conferências de juventude foram fundamentais para o fortalecimento das políticas e garantia da representação social onde provocou a participação das juventudes a fim de debaterem sobre as especificidades de cada território, grupo, coletivo, segmentos e qualquer movimento em que se sentisse representado.

Contudo, mesmo com os diversos avanços acerca da legislação, a juventude ainda enfrenta uma realidade cruel e desigual, caracterizando os desafios das políticas para essa categoria.

1Elisabeth Tesch, estudante de psicologia, bethtesch@outlook.com

2Fabricia Goetsch Barbosa, estudante de psicologia, f.briciabarbosa1@gmail.com

3Gabrielly Altoé Lefler, estudante de psicologia, gabi.lefler@hotmail.com

De tal modo, se torna possível considerar que as vulnerabilidades que podem afetar a juventude não devem ser associadas à concepção naturalizante do jovem como um ser problemático, e sim ao fato de que por muito tempo estiveram à margem da sociedade, vivenciando diversos problemas por falta de políticas públicas que amparasse suas necessidades (ABRAMO, 1997 apud SOUZA, et al, 2015).

Ao pensar em juventude na atualidade, se faz preciso considerar o histórico deixado na vida desses jovens, marcado por desigualdades, exclusões, advindos de relações históricas, econômicas, políticas e culturais, gerando impactos diversos de vulnerabilidades.

Oliveira (2001 apud BRONDANI et al. 2021), retrata tal desigualdade através da afirmativa de que, existem de um lado uma minoria que possuem condições, e do outro, a maioria jovem, constituída por negros, pardos e pobres que possuem menos chances de se caracterizar nesses padrões. “Assim, imersos na miséria, na desigualdade e até mesmo na falta de acesso aos direitos mais básicos, esses jovens se encontram no meio de um conflito com o laço social, que individualiza seus impasses e criminaliza suas saídas” (OLIVEIRA, 2001; ROSA, 2016 apud BRONDANI et al., 2021).

2. ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO

Deste modo, ocasionam-se os questionamentos perante as formas de vulnerabilidade que atravessam os percursos de vida dos jovens. Torna-se preciso citar sobre a falta de acesso e a escassa disponibilidade de recursos a esses indivíduos e grupos excluídos da sociedade.

O não-acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente. (ABRAMOVAY, 2002, p. 33)

Sendo assim, é fundamental que a saúde jovem seja incluída nas ações principais dos governos, considerando as necessidades de cada região de saúde para que seja construindo alternativas integradas com os programas e políticas em desenvolvimento no país, principalmente para a promoção da saúde.

Pois, de tal modo, pode-se considerar os eventos sociais os quais se expõe tais jovens, como determinantes do quadro de saúde e desenvolvimento humano. A precariedade social e econômica impacta diretamente no bem-estar, seja físico, cognitivo, emocional ou ocupacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos abordados, entende-se que descaso e negligência com a juventude podem ocasionar no mal-estar desses jovens, bem como afetando a saúde mental e gerando sintomas psíquicos e somáticos, podendo deliberar problemas sérios, como a angústia, dentro do corpo social, por falta de mobilizações, execuções de projetos, construção da subjetividade do indivíduo, para toda a sociedade. (SILVA, 2020, p. 9).

Assim, faz-se necessário uma sociedade mais ativa, que assegurem os direitos desses jovens, que as leis sejam exercidas e atendam as demandas de ordem social e

1Elisabeth Tesch, estudante de psicologia, bethtesch@outlook.com

2Fabricia Goetsch Barbosa, estudante de psicologia, f.briciabarbosa1@gmail.com

3Gabrielly Altoé Lefler, estudante de psicologia, gabi.lefler@hotmail.com

individual. “É preciso ouvir essa juventude e verificar seus desejos e anseios para que não haja a estagnação, nem mesmo, nas trocas de governos na esfera pública, a juventude precisa da sua vez e dos seus direitos” (Silva, 2020 p. 9)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam, et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/1379>

BRONDANI, Renata Petry et al. *Percursos de jovens em contextos de vulnerabilidade social: um estudo longitudinal*. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., v. 14. Belo Horizonte, <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200012&lng=pt&nrm=iso>.

CARDOSO, Hugo Ferrari; BORSA, Juliane Callegaro; SEGABINAZI, Joice DICKEL. *Indicadores de saúde mental em jovens: fatores de risco e de proteção*. Est. Inter. Psicol., Londrina, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000400002&lng=pt&nrm=iso>.

PAULILO, M. A. S., e JEOLÁS, L. S. *Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas*. Serv. Soc. Rev, Londrina, 3(1), 39-60. 2000. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v3.pdf#page=39>

SILVA, Uállafe de Oliveira. *Políticas públicas para juventude e sua relação com a psicologia*. Portal dos Psicólogos. 2020. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1410.pdf>

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula e FIORATI, Regina Célia. *Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. 2019, v. 27, n. 2 Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>

SOUZA, Maira Ribeiro de et al. *Juventude e drogas: uma intervenção sob a perspectiva da Psicologia Social*. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 10, n.1, p.66-78, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 05 jun. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes e CARROCHANO, Maria Carla. *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*, out. 2005. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1c1AXDs2zYLLA-70bd3p8yIjzI6_b71dF. Acesso em: 25 maio 2022.

1Elisabeth Tesch, estudante de psicologia, bethtesch@outlook.com

2Fabricia Goetsch Barbosa, estudante de psicologia, f.briciabarbosa1@gmail.com

3Gabrielly Altoé Lefler, estudante de psicologia, gabi.lefler@hotmail.com

SPOSITO, M. P. e CARRANO, P. C. R. (2003). *Juventude e políticas públicas no Brasil. Brasileira de Educação.* (24), 16-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>>

REDE DE ENSINO DOCTUM . Os impactos da violação dos Direitos Humanos nas Políticas públicas de juventude. 1. Serra ES, 2022.

1Elisabeth Tesch, estudante de psicologia, bethtesch@outlook.com

2Fabricia Goetsch Barbosa, estudante de psicologia, f.briciabarbosa1@gmail.com

3Gabrielly Altoé Lefler, estudante de psicologia, gabi.lefler@hotmail.com